



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **O FAZER PESQUISA EM POLÍTICA, GESTÃO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: FUNDAMENTOS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS**

Laudiano da Silva Martins (1); Jeannette Filomeno Pouchain Ramos (2); Anderson Gonçalves Costa (3).

- (1) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, [laudianojmp@gmail.com](mailto:laudianojmp@gmail.com)  
(2) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, [ramosjeannette@unilab.edu.br](mailto:ramosjeannette@unilab.edu.br)  
(3) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, [andersoncosta@gmail.com](mailto:andersoncosta@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo, resultado de pesquisa em desenvolvimento intitulada GESTÃO POR RESULTADO NA EDUCAÇÃO (GPR): a responsabilização e o regime de colaboração na promoção do direito a educação no Ceará (1995 – 2010), realizamos panorama metodológico das pesquisas em educação e em política educacional no Brasil. Neste sentido, revisitamos diferentes autores de política educacional e de metodologia da pesquisa em educação buscando contribuir com o debate em tela. Trazemos, inicialmente, a discussão sobre os fundamentos metodológicos que pautou a pesquisa em educação no século XX, com ênfase nos principais procedimentos adotados pelos pesquisadores a partir da década de oitenta. Neste ponto traçamos um paralelo com ações governamentais no Estado do Ceará no que diz respeito a educação e as políticas de avaliação do sistema educacional, foco do projeto de pesquisa em questão. Em seguida apresentamos o Estado da Arte dos temas mais pesquisados em educação e suas práticas metodológicas, sobretudo das pesquisas em: Política, Gestão e Avaliação educacional. Observamos que cada vez mais os estudos educacionais têm chamado atenção para o entrosamento entre as pesquisas, seus resultados e os sujeitos sociais afetados pelas políticas de Estado e que as metodologias qualitativas são quase que exclusivamente utilizadas nos trabalhos acadêmicos de pesquisa em educação e que cada vez mais aumenta a abordagem de casos específicos, sendo que poucos são os estudos, dentre os que pesquisamos, voltados para a política educacional no Nordeste.

Palavras-chave: política educacional, gestão, avaliação educacional.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## INTRODUÇÃO

Ao início de uma pesquisa científica é necessário pensar metodologicamente os caminhos e procedimentos que serão utilizados pelos pesquisadores. Na pesquisa, intitulada “GESTÃO POR RESULTADO NA EDUCAÇÃO (GPR): a responsabilização e o regime de colaboração na promoção do direito a educação no Ceará (1995 – 2010)” realizada pelo grupo de pesquisa Educação e Subjetividade da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) e o Educação e Cultura Escolar (EDUCAS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) com financiamento do edital 14/2013 do CNPq, mergulhamos em estudo bibliográfico que versa sobre metodologia de pesquisas em educação e em política educacional.

Inicialmente concebido como um terreno expatriado, por sua dependência teórica da política, da sociologia, da economia, da filosofia, os estudos em política educacional, tem-se afirmado como um construto dotado de relativo estatuto teórico específico, voltado ao estudo e análise da relação entre as políticas educacionais de Estado e seus impactos na vida social.

Cada vez mais os estudos educacionais têm observado o entrosamento entre as pesquisas, seus resultados e os sujeitos sociais afetados pelas políticas de Estado. Neste sentido, tomamos como base uma bibliografia de 7 (sete) artigos que versam sobre a pesquisa em educação, são eles: André (2001); Azevedo, Aguiar (2001) e Gracindo, Kenski (2001); Martins (2001); Barreto (2009); Ferraro (2012); Martins e Sousa (2012). A partir deles abordamos as questões metodológicas nas ciências sociais especificamente voltadas para a educação escolar e, nesta, a política educacional.

Na primeira parte deste artigo, discutimos os fundamentos metodológicos que pautaram a pesquisa em educação no século XX, focando nos principais procedimentos adotados pelos pesquisadores a partir da década de 80. Em seguida, construímos o Estado da Arte dos temas mais pesquisados em educação e suas práticas metodológicas, sobretudo das pesquisas em Política, Gestão e Avaliação educacional.

**METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS.**

Entendemos método, inicialmente, como o caminho pensado, e necessário, para o alcance dos objetivos de uma pesquisa. No que se refere a educação, os métodos quantitativos (maior uso das estatísticas e números) foram bastante utilizados no século XX chegando a perder espaço a partir de 1980, uma vez que, nesse período, os pesquisadores passaram a adotar métodos como estudo de casos, entrevistas, etnografias etc. Neste ínterim, se propagou na pesquisa em educação uma metodologia pautada na pesquisa-ação sendo feita, a partir de então, uma abordagem mais crítica da realidade social e, conseqüentemente, na realidade escolar.

Os trabalhos em educação na década de 80, a partir dos seus referenciais teóricos, buscavam uma análise mais profunda dos resultados em educação e, com muito afinco, compreender o percurso metodológico para chegar aos resultados. Neste período, poucas pesquisas em educação eram financiadas e as que tinham o privilégio sofriam limitações. Entre as limitações, de outrora e da atualidade, citamos:

O escasso financiamento para as pesquisas dos orientandos, o pouco número de bolsas ou a sua ausência, aliado às limitações de tempo para a conclusão dos trabalhos, o valor destinado a bolsistas e ao desenvolvimento das pesquisas e à fragilidade de inserção dessas pesquisas em projetos de mais largo escopo. (BARRETO, 2009, p. 2. grifos do autor).

Ainda podemos citar a limitação dos temas para as pesquisas, que são elencados e financiados a partir dos interesses dos financiadores, a proximidade das pesquisas com os órgãos públicos ou, ainda, o fato dos professores/pesquisadores serem transformados em gerenciadores com o acúmulo de trabalhos dado a eles. Segundo Marli André, os professores estão “cada vez mais sobrecarregados com aulas, comissões, reuniões, pareceres, trabalhos de alunos para ler e avaliar, sobra pouco tempo para a produção intelectual, para a reflexão, para a crítica e para o tão necessário aprofundamento dos trabalhos” (ANDRÉ, 2001, p. 63).

Mesmo com as dificuldades muitos são os trabalhos de pesquisa sobre políticas educacionais, a seguir trazemos apontamentos dos principais temas e aspectos metodológicos nas pesquisas de políticas educacionais no Brasil.



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **Qualidade e quantidade na pesquisa educacional**

A histórica discussão entre quantidade e qualidade no fazer pesquisa e na política em educação mundial e nacional, ainda se coloca necessária na formação de jovens pesquisadores, tanto na perspectiva da problematização, quanto da fundamentação científica de cada um e das interfases possíveis entre eles. Ao tratar sobre a rigorosidade da pesquisa, Marli André (2001) aborda as fragilidades no processo. Neste sentido, é possível questionar sobre a validade dos conhecimentos produzidos nas pesquisas e como elas são avaliadas objetivando uma reflexão sobre a qualidade e relevância das produções acadêmicas e o contexto sócio político e intelectual em que se encontram.

A partir dos anos 1980, segundo André (2001), os conteúdos e métodos interdisciplinares e, até mesmo, da multidisciplinariedade tiveram certa relevância no levantamento de soluções plausíveis para os problemas desse período. Nos anos 80, e durante os anos 90, se percebe a diversidade de temas referente a pesquisa educacional, e junto a abertura metodológica, se fortalecem os estudos qualitativos:

Que englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, técnicos e de análises, compreendendo desde estudos do tipo etnográfico, pesquisa participante, estudos de caso, pesquisa-ação até análises de discurso e de narrativas, estudo de memória, histórias de vida e história oral. (ANDRÉ, 2001, p. 53)

No tocante aos métodos qualitativos e quantitativos, Ferraro (2012) reflete sobre três pontos de vistas a respeito da pesquisa qualitativa e quantitativa, são eles: *Oposição ou incompatibilidade, complementaridade e unidade*. Para os autores positivistas, Goode e Hatt, o uso de métodos quantitativos nas pesquisas não garante rigor na prova, pois para eles “não importa quão precisas sejam as medidas, uma vez que “o que é medido continua sendo uma qualidade” (FERRARO, 2012, p. 137). O que Goode e Hatt defendem é que a pesquisa tem como base aspectos qualitativos tendo em vista que, mesmo quando se busca utilizar outros aspectos como os quantitativos na pesquisa, o que se busca, enfim, é a qualidade.

A tese da complementaridade, defende que os métodos qualitativo e quantitativo se completam e contribuem para o alcance de melhores resultados nas pesquisas o que, por sua



vez, pode ser confundido com a terceira tese a qual o autor se refere, a da unidade. Esta tem fortes bases na perspectiva da dialética marxista, alinhada ao pensamento Hegeliano, de que “qualquer existente real constitui uma unidade de determinações quantitativas e de determinações qualitativas” (HEGEL *apud* FERRARO, 2012, p. 141). O que Marx e Hegel defendem é que o qualitativo e o quantitativo andam juntos, se completam e complementam, cada um dos métodos tem sua função e elas dialogam dialeticamente.

A priori, concordamos com os autores citados acima e consideramos um erro tentar separar quantidade e qualidade. Portanto, enfatizamos a importância de pensarmos em métodos interdisciplinares de pesquisa, entendendo que diferentes formas e metodologias podem se articular conjuntamente e contribuir para uma melhor análise dos objetos a serem pesquisados, entretanto, voltaremos ao assunto na parte final deste artigo quando apresentaremos o Estado da Arte da pesquisa em política educacional.

### **Políticas compensatórias x universais**

Paralelo ao embate em torno da discussão sobre a pesquisa quantitativa e qualitativa na seara educacional, percebemos que a abrangência dessas também tomam relevo importante no decorrer do sec. XX, em políticas universais e compensatórias. Ainda na década de 80, por exemplo, é visível a disputa persistente entre políticas universais *versus* compensatórias, no cenário mundial de crise do *Welfare State* e, em âmbito nacional, de redemocratização. Segundo Barreto, as pesquisas sobre políticas públicas, tem forte influência marxista nos seus recentes trabalhos e, concomitantemente, tem motivado à busca por políticas públicas que beneficiem as minorias sociais, uma vez que

Embora não tenham se extinguido as discriminações de classe, as novas formas de marginalização e de exclusão produzem diferentes recortes nas relações sociais, sendo que os segmentos mais vulneráveis tendem a ser aqueles mais precariamente atendidos pelos serviços. (BARRETO, 2009, p. 5)

Compreende-se que, mesmo considerando a luta de classes como importante para a análise da realidade social, é preciso considerar que existem diferentes realidades que também



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

se escalonam dentro de cada classe, tais como raça, etnia, sexo, gênero, etc, e que se tornam relevantes para os estudos na área social e econômica, entre outros. Desse modo, é extremamente importante contribuir para a construção de políticas que diminuam essas diferenças e “assim é que temos sido levados a defender, ao mesmo tempo, as políticas universais e as políticas reparatórias, cujo foco tem sido o de minorar desvantagens de grupos específicos”. (BARRETO, 2009, p. 6)

Ainda sobre as diferenças e a diversidade encontrada na realidade brasileira e mundial se percebe na sociedade moderna o surgimento do termo “Equidade” que propõe igual tratamento a todos. Barreto comparando os termos Equidade e Igualdade, nos diz que

O princípio de igualdade tem sido substituído pelo da equidade. Este permite reconhecer a diversidade de interesses, os movimentos indenitários, a desigual distribuição de bens e de reconhecimento social, do que resulta que a satisfação das demandas, seja de natureza social (que requerem a participação do Estado na oferta de serviços), seja da esfera individual (como as de orientação sexual, por exemplo), passa pelo reconhecimento público, envolvendo mudanças nos padrões que regem as relações da sociedade como um todo. (BARRETO, 2009, p. 6)

Para ilustrar, no cenário internacional – Inglaterra, o relatório *Plowden*, publicado em 1967, tinha o propósito de “identificar tendências e sugerir mudanças” para melhorar a educação da escola primária dos ingleses. O relatório apontava para uma flexibilização da organização da escola e do cuidado com as particularidades de cada criança, levando em consideração que as diferenças individuais devem conduzir a um tratamento específico e individual e, nesse sentido, colocou a criança como foco principal do sistema de educação. O relatório, enfatizava a necessidade de igualar os pontos de partidas com o objetivo de amenizar os problemas provocados pelas desigualdades sociais no mundo e “os autores argumentavam a favor das desigualdades no tratamento de desiguais por meio de serviços educacionais excepcionais, o que os colocava como defensores do papel equalizador da escola e à frente da sua época” (BROOKE e SOARES, 2008, p. 19), caracterizando-se, desse modo, como incentivador de políticas compensatórias que pudessem reparar as desigualdades existentes.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

No âmbito nacional, o Ceará, Estado brasileiro tido como referência nos avanços educacionais, implementou, entre suas principais ações, políticas de premiação a estudantes e escolas que atingem a proficiência média estabelecida pela gestão. A política de premiação só é possível por conta das políticas de avaliação que, padronizadas, não levam em conta as diferentes realidades dos estudantes, podendo contribuir para a marginalização e exclusão daqueles que não atingem os objetivos estabelecidos. Sendo assim, até que ponto motivar a “competição” entre estudantes e escolas, contribui para a melhoria da educação? Ou ainda, a política de premiação é uma ação compensatória ou reforça as desigualdades existentes em nosso Estado?

Essas políticas de avaliação e premiação, foram baseadas no sistema educacional dos Estado Unidos (EUA) e Inglaterra, e começaram a ser implementadas no Brasil com a redemocratização do Estado brasileiro e, conseqüentemente, da educação. No caso americano, usavam a política de testes para recompensar as melhores escolas em detrimento da punição das piores e, segundo Ravitch (2011), eram os “testes que definiam tudo, tomada de decisão baseada em dados estatísticos, escolha escolar, escolas autônomas, privatização, desregulamentação, pagamento por mérito e competição entre as escolas” (RAVITCH, 2011, p. 37). Tal política avaliativa conduziu as escolas norte americanas a organizarem seus conteúdos com vista aos testes avaliativos.

No Ceará, a ação política de preparação para os testes também é uma realidade, tendo em vista que, cada vez mais, as escolas preparam seus alunos para avaliações do Sistema Permanente e Avaliação da Educação básica no Ceará – SPAECE, como também há preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, objetivando os resultados e as premiações.

Pensando, especificamente, nos projetos educacionais do Ceará, devemos nos questionar, que políticas são aplicadas em nosso Estado e quais políticas são predominantes, universais e/ou compensatórias? Quais os desdobramentos dessas políticas no Ceará? Como o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC tem sido desenvolvido no Estado? Os números apresentados sobre o programa no Ceará refletem a realidade? Podemos entender que os resultados quantitativos desta política como sinônimo de qualidade?



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Concordamos, que as políticas compensatórias e universais, devem ser executadas simultaneamente, tendo em vista que ainda hoje as políticas ditas universais não são para todos. Sendo assim, ainda precisamos das políticas compensatórias, para compensar os grupos sociais que tiveram, e tem, parte (ou todos) dos seus direitos negados. Neste sentido, as políticas públicas devem ser elaboradas com o olhar na realidade e no processo histórico que a construiu.

### ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM POLÍTICA EDUCACIONAL

A pesquisa em educação teve, e tem, ao longo do século XX um crescimento considerado dos temas de interesses, que abrangem desde as políticas em educação até as práticas educativas em sala de aula e os resultados dessas políticas na transformação da sociedade. Ao se referir a situação brasileira, Martins (2011) destaca a modalidade de estudos de caso – que focalizam, problemas específicos sem permitir a consolidação de um conhecimento amplo sobre as políticas públicas.

Diante dos desafios que despontam na análise das políticas públicas educacionais, emerge a abordagem multidisciplinar e a tendência de oscilar entre o conhecimento *no* processo político e o conhecimento *do* processo político tendo, segundo a autora, três possibilidades de análise das políticas públicas, são elas:



**Gráfico I**

Fonte: Elaborados pelos autores a partir de Martins (2011).



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Destacamos, no estudo em tela, a importância do encontro e da manutenção do ponto de equilíbrio entre tais tendências, buscando refletir em torno do objeto de estudo e apontar prognósticos da educação no Ceará no novo milênio. A utilização de diferentes métodos para coletas de dados e análises dá ao pesquisador várias perspectivas, possibilitando uma compreensão mais geral do objeto, que pode ser olhado de diferentes ângulos, como se reconhece na multireferencialidade, porém é importante que o pesquisador reflita se há incompatibilidades entre os métodos adotados.

Outro traço das pesquisas em educação é o foco nos sujeitos que constroem políticas educacionais e as formas de execução dessas políticas, ou ainda os estudos de como as pesquisas são motivadoras para a construção dessas políticas. Como síntese dos objetivos dos pesquisadores em educação no Brasil, e no mundo, Martins (2011) explicita que as pesquisas buscam analisar os marcos legais sobre educação e o modo como eles são compreendidos e executados pelas escolas e o modo como os gestores organizam as escolas a partir do aparato normativo, bem como os desdobramentos encontrados nos espaços escolares, como a participação de pais e da comunidade.

No que concerne a pesquisa sobre Gestão de sistemas educacionais, em 2001, Regina Vinhais e Vani Moreira organizam em um artigo, produção das pesquisas sobre gestão educacional, no período de 1991 a 1997. As autoras elencaram 62 resumos contemplando dissertações, teses e pesquisa de docentes. As pesquisas, segundo as autoras, eram predominantemente executadas no Sul e no Sudeste do Brasil, sendo apenas 4,8% dos artigos sobre o Nordeste. A maioria das pesquisas se debruçaram sobre o poder público, sendo 80,6% do total dos resumos. A análise de políticas estaduais também foi caracterizada como predominante, uma vez que 54,8% dos textos tinha foco no Estado, 9,7% em municípios, 9,7% no país e o restante sem explicitação. Quanto aos temas abordados as autoras categorizaram em seis grupos:

1. Produção de pesquisa;
2. Organização e o funcionamento dos sistemas educacionais;
3. Questões sobre a relação escola x trabalho x modernização na gestão dos sistemas educacionais;
4. Articulação entre instancias do poder público;
5. Gestão de políticas públicas especiais;
6. A democratização da gestão de sistemas educacionais. (GRACINDO e KENSKI, 2001, p. 219)



Em cada um desses grupos tem inúmeros temas pertinentes a educação, tais como, Planejamento, avaliação, gestão, teoria da organização, aspectos pedagógicos, política públicas educacionais, educação e trabalho, e claro o foco em espaços e territórios específico.

Outro panorama da pesquisa em Educação foi produzido por Martins e Sousa (2012). Elas apresentam um apanhado de pesquisas sobre a educação no período de 2000 a 2008. As autoras chegaram a um levantamento de 753 documentos e para o melhor entendimento das produções, organizaram os textos em 4 eixos temáticos: 1. Efeito e/ou características de escolas eficazes; 2. Característica de resultados de avaliação de desempenho de alunos e perfis de diretores e de modelos de gestão; 3. Avaliação institucional; 4. Usos dos resultados de avaliação de desempenho para implementação de políticas educacionais e processos de gestão.

Nossa pesquisa ganha ainda mais importância ao percebermos que não temos produções, pelo menos dentre as analisadas pelas autoras, acerca do processo de responsabilização e gestão por resultados no Estado do Ceará. Também fica evidente o crescente interesse de pesquisadores pelo tema da gestão que certamente contribuiu e contribuirá para a efetivação de políticas que possibilitem cada vez mais uma educação de qualidade para todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No que concerne os fundamentos e procedimentos do fazer pesquisa percebemos que as metodologias qualitativas são quase que exclusivamente utilizadas nos trabalhos acadêmicos sobre políticas educacionais, entretanto encontramos fragilidades nos métodos analíticos dessas políticas e dificuldade de aportes metodológicos específicos na literatura disponível no Brasil. Apesar da dificuldade nos referenciais metodológicos percebemos que tem crescido o número de pesquisas com foco na área de políticas educacionais e, sobretudo, o número de estudos de casos e de abordagens micro sociais do tema da educação.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Quanto aos objetos de estudos em política da educação explicitados nos Estados da Arte na transição do século XX para o XXI percebemos que a compreensão das unidades escolares; a compreensão das normas; o olhar para a gestão das escolas e dos governos; a análise das políticas de governo, bem como os processos de municipalização; o papel dos conselhos municipais estava entre os principais interesses dos pesquisadores.

Em contrapartida, pouco se observou, no cenário nacional, sobre as pesquisas realizadas e voltadas para o nordeste e, especialmente, no Ceará, que tem sido precursor em políticas educacionais nacionais, a citar o PAIC que impulsionou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Vale ressaltar ainda que há estudos na área da política da educação nos programas de pós-graduação do Nordeste, apesar de não ter sido evidenciado no Estado da Arte. É nesse sentido que a pesquisa Gestão Por Resultado (GPR) é importante, pois coloca o Nordeste, também, no foco das pesquisas em educação e, mais especificamente o Estado do Ceará.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: Buscando rigor e qualidade.** Cadernos de Pesquisa, n 113, p. 51- 64, julho/2001

AZEVEDO, Janete Maria Lins de, AGUIAR, Márcia Angela da Silva. **Políticas de Educação: concepções e programas** IN WITTMANN, Lauro Carlos, GRACINDO, Regina Vinhais (Coords). *O estado da arte em política em gestão da educação no Brasil*, Ed. Autores associados, Brasília, p. 73 – 87, 2001.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Perspectivas teóricas e metodológicas da pesquisa em política educacional na atualidade.** P. 1 – 15, 2008

BROOKE, Nigel e SOARES, José Francisco (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias.** ed. da UFMG, 2008.

FERRARO, Alceu Ravello. **Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista.** Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 1 (67), p. 129-146, jan./abr. 2012

GRACINDO, Regina Vinhais, KENSKI, Vani Moreira. **Gestão de sistemas educacionais: a produção de pesquisas no Brasil.** IN WITTMANN, Lauro Carlos, GRACINDO, Regina Vinhais (Coords). *O estado da arte em política em gestão da educação no Brasil*. Ed. Autores associados, Brasília, p. 203- 226, 2001.



# II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MARTINS, Angela Maria. **A pesquisa na área de política e gestão na educação Básica: aspectos teóricos e metodológicos.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 379-393, maio/ago. 2011.

\_\_\_\_\_, Angela Maria, SOUSA, Sandra Zákia. **A produção científica sobre avaliação educacional e gestão de sistemas e de escolas: o campo da questão entre 2000 e 2008.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 9-26, jan./mar. 2012

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo do mercado ameaçam a educação;** tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina 2011.